

# DA RODA DA FORTUNA À UTILIDADE PRÁTICA DAS COISAS: PRODUÇÃO INTELECTUAL NA CRISE DA ECONOMIA DO OURO EM MINAS GERAIS<sup>1</sup>

Haruf Salmen Espindola<sup>2</sup>

**RESUMO:** A produção intelectual sobre Minas Gerais é tributária de um estreito senso prático e imediatista, cujo propósito se resumia em responder à questão: como aproveitar as riquezas consideradas como uma dádiva generosa da natureza. O estudo privilegia os documentos que se tornaram fontes recorrentes para a história de Minas. Eles tinham em comum uma visão geral sobre o declínio da produção aurífera e seus efeitos sobre a economia mineira e, principalmente respondiam a orientação do poder central atenta à necessidade de ampliar o conhecimento sobre os recursos naturais e de encontrar meios de os tornarem úteis às economias do Reino e das colônias.

**Palavras-chaves:** Minas Gerais; crise da mineração aurífera; pensamento luso-brasileiro.

**ABSTRACT:** The intellectual production in Minas Gerais, which was tributary, of narrow immediate and practical sense, was summed up in answer to the question: how to harness the riches regarded as a generous gift from nature. This study focuses on documents from authors who became recurring sources for the history of Minas Gerais. They had in common an overview of the decline in gold production and its effects on the state economy and mainly responded to the orientation of the central government attentive to the need to expand the knowledge on natural resources and find ways to make them useful to the economies of Portugal and its colonies.

**Keywords:** Minas Gerais; gold mining crisis; luso-brazilian thought.

---

<sup>1</sup> Este artigo resulta de projeto financiado pela FAPEMIG.

<sup>2</sup> Doutor em História Econômica pela USP. Professor Titular da Universidade Vale do Rio Doce – Univale. Programa de Mestrado em Gestão Integrada do Território. Rua Israel Pinheiro, 2000 - Bairro Universitário. Governador Valadares/ MG - CEP: 35020-220. Telefone: 33 3279-5577. E-mail: haruf@univale.br.

Nas Minas Gerais do século XVIII o ouro produziu riqueza e fausto, induziu a multiplicação de atividades econômicas subsidiárias, além de concentrar populações em centros urbanos. A Metrópole cuidou de ordenar as áreas auríferas, criando as vilas, freguesias, paróquias, curatos, comarcas e, nos anos 1720 e 1748, respectivamente a capitania real e a diocese. A base socioeconômica e a mentalidade se constituíram a partir da abundância do metal precioso, que nas seis primeiras décadas permitiu a configuração de um território com base no mercado diversificado, formado pela rede de arraiais e vilas, compondo um sistema político-administrativo e eclesiástico, uma complexa teia de relações sociais e mercantis envolvendo mineração, atividades subsidiário-periféricas, trocas internas e relações com o exterior (GUIMARÃES, 1986; LIBBY, 1988; FRAGOSO, 1992; LIBBY, 1988; PAIVA, 1996).

Esse movimento também se deu rumo aos sertões, com os achados de diamante no Tijuco e de ouro em Minas Novas (1726), Paracatu (1744), Santana do Sapucaí (1746) e Peçanha (1758), respectivamente no nordeste, noroeste, sul e leste do centro minerador localizado na Cadeia do Espinhaço. Associado a esse impulso minerador, cresceu a concessão de sesmaria e o estabelecimento de posses com cultivo de roças de subsistência e criação, cujo excedente abastecia os núcleos urbanos próximos<sup>3</sup>. As autoridades metropolitanas procuraram coibir essa livre movimentação pelos sertões, especialmente na direção leste. Em 1701, a Coroa proibiu a comunicação entre Minas e a Bahia; em 1704, estendeu essa proibição ao Espírito Santo. Entretanto, o impulso em direção ao litoral prosseguiu, como comprova o relatório de Monteiro Chasim e Sebastião Pinto Cabral, dirigido ao Governador Gomes Freire (1737-1752), de agosto de 1746, sobre as “pintas de ouro” encontradas na embocadura dos afluentes do rio Doce<sup>4</sup>.

Em 1769 novas ordens mandavam prender qualquer um que chegasse ao Espírito Santo vindo de Minas, passando pelo rio Doce (PIMENTA, 1971, p. 22-23), porém o movimento prosseguiu sob a direção dos governadores mineiros. Sem novos descobertos e sem técnica adequada para explorar as rochas matrizes, aprofundou-se o declínio da mineração aurífera. Nesse contexto os sertões do rio Doce se apresentaram como uma possibilidade de riqueza para compensar o esgotamento das áreas tradicionais.

---

<sup>3</sup> Na década de 1750 foram feitas 344 doações junto aos afluentes do rio Doce, a leste dos núcleos urbanos da zona de mato dentro, com maior número nos sertões de Piranga, Barra Longa e Casca (ESPINDOLA, 2005)

<sup>4</sup> Relatório de Manuel Monteiro Chasim, de 30 de agosto de 1746. *RAPM*, Belo Horizonte, v.3, 1898, p. 771.

Os governadores enviados para Minas Gerais, a partir de Luiz Diogo da Silva (1763-1768), trouxeram instruções para promover o devassamento dos sertões mineiros e a diversificação da economia. Esse processo teve seu auge no governo de D. Rodrigo José de Menezes e Castro (1780-1783), que comandou pessoalmente o trabalho de prospecção aurífera na região do curso médio do rio Doce. Nos governos seguintes, com o agravamento da crise da mineração e ameaça de derrama, o descontentamento das elites desembocou na Inconfidência Mineira.

Para Maxwell (1995: 254-262), no governo do Visconde de Barbacena (1788-1797), depois da repressão que se seguiu à Inconfidência (1789-1792), o ambiente foi de “acomodação”. Silva (2006) critica esse conceito usado para classificar a atitude política das elites mineiras, que segundo Maxwell teria sido provocada, de um lado, pelo medo da revolta social (São Domingos, em 1792; Alfaiates, em 1798); de outro, pela “frustração dos oligarcas mineiros” com o movimento de cunho “nacionalista republicano”. Para Silva isso é reduzir as atitudes políticas à conjuntura imediata, além de configurar anacronismo, ao pressupor a noção de Estado-Nação e de sentimento nacional, que não estavam presentes naquela conjuntura.

Para Silva as atitudes das elites mineiras refletiriam uma capacidade de adaptação às sucessivas conjunturas. Nesse sentido, estariam ligadas não à frustração com o fracasso de 1789, mas à “sagaz percepção da possibilidade de, através do novo arranjo político, continuarem viabilizando demandas específicas e diversificadas” (SILVA, 2006, p. 16). É atribuída às elites mineiras a capacidade de agir a partir de cálculo político utilitário, ou seja, seriam capazes de racionalizar em proveito da maior quantidade de satisfação dos seus interesses frente ao Estado metropolitano. Sem entrar no debate proposto por Silva, considero prudente situar a questão num tempo mais longo, pois assim podem-se ver as atitudes das elites ligadas à mentalidade dominante entre portugueses e luso-brasileiros, assentada no pragmatismo, mas não no sentido do utilitarismo britânico de Jeremy Bentham, que mais tarde irá influenciar Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Essa mentalidade se encontra na produção intelectual sobre a Capitania de Minas Gerais, marcada por um estreito senso prático e imediatista, cujo propósito se resumia em responder à questão: como aproveitar as riquezas consideradas como uma dádiva generosa da natureza? Independente da conjuntura, as memórias (produção intelectual) refletiam a mentalidade lusitana: “O século XVIII é o do utilitarismo e da economia, o que se reflete na História Natural: o naturalista fala do que é útil ou inútil, do

que pode ou não dar lucro (GUEDES e ARRUDA, 2000, parte 1). Esse estudo privilegia as posições dos memorialistas sobre os chamados sertões intermédios, localizados entre as zonas mineradoras e o litoral. Nesse sentido, concentra-se nos memorialistas que se tornaram fontes recorrentes para a história de Minas Gerais, particularmente José João Teixeira Coelho [1780] (1994), José Joaquim da Rocha [1778] (1995), D. Rodrigo José de Menezes [1780] (1897), José Elói Ottoni [1798] (1908), José Vieira Couto [1799] (1994), Antônio Pires da Silva Pontes Leme [1789] (1896), Joaquim José Lisboa [1804] (2002), Basílio Teixeira de Sá Vedra [1805] (1897), Diogo de Vasconcelos [1807] (1994), entre outros. Esses autores contribuem para as diversas interpretações, sejam econômicas, políticas e sócio-culturais ou para as histórias das ideias e das ciências. Eles tinham em comum uma visão geral sobre o declínio da produção aurífera e seus efeitos sobre a economia mineira e, principalmente respondiam a orientação do poder central atenta à necessidade de ampliar o conhecimento sobre os recursos naturais e de encontrar meios de os tornarem úteis às economias do Reino e das colônias.

## **PENSAMENTO EM CONSONÂNCIA COM AS REFORMAS POMBALINAS**

Durante o reinado de D. João V, graças à nova fonte de divisas, a diplomacia portuguesa se fez presente na política internacional, podendo definir as fronteiras lusitanas na América. Entretanto, no Reinado de D. José I (1750 -1777), tendo à frente o novo Secretário de Estado do Reino, o Marquês de Pombal, se manifestará a crise da mineração aurífera. Em relação aos domínios portugueses na América a questão se colocou para o novo ministro nos seguintes termos: como conservar, explorar e utilizar os bens ultramarinos. A diretriz estabelecida se baseou na busca do domínio territorial, que deveria ser sustentada no tripé: conhecimento, controle e povoamento.

Essa diretriz está explicitada na carta dirigida ao vice-rei Gomes Freire de Andrade, de 21 de setembro de 1751 (MAXWELL, 1995, p. 31). O Marquês de Pombal associa a força e riqueza de todos os países à quantidade de seus habitantes e taxa de crescimento populacional, para depois afirmar que, naquele momento, isso era necessário para a defesa do Brasil. O sistema de domínio seria garantido pela população e pelo fortalecimento do Estado, por meio de um conjunto de medidas administrativas: criação das companhias

de comércio; estímulo e proteção aos produtos vitais do sistema comercial luso-brasileiro; fim das execuções sumárias das dívidas dos proprietários coloniais; expulsão dos jesuítas, entre outros. Do aumento da população não se poderia excluir ninguém: mouros, brancos, negros, índios e mestiços, todos eram úteis desde que bem governados.

A decisão de transferir a capital para o Rio de Janeiro e de nomear competentes administradores<sup>5</sup> para o âmbito colonial apontavam para a construção de uma centralidade capaz de servir aos interesses lusitanos no Atlântico Sul. A orientação geral pode ser resumida pela instrução dada ao Morgado de Mateus: garantir a fronteira, povoar os pontos considerados estratégicos, fazer uso proveitoso das minas e riquezas que pudessem ser descobertas nos sertões, idear novos caminhos, entre outros (BELLOTTO, 1979). Na linha das reformas pombalinas podemos enquadrar a *Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais*, de 1780, de autoria do desembargador José João Teixeira Coelho (1994)<sup>6</sup>. O autor afirma que escreveu a *Instrução* ao constatar a existência de uma ignorância generalizada entre as pessoas mais bem situadas e até entre os que se empregavam no real serviço: havia desconhecimentos sobre os atos governamentais anteriores e das ordens régias que se referiam à capitania<sup>7</sup>.

A *Instrução* contém diretrizes para o governo da capitania, entre as quais se sobressaía a obrigação dos governadores seguirem, cumprirem e fazerem cumprir as determinações reais, agirem conforme a lei e não exorbitarem no poder político, especialmente as de natureza jurídica. Nos assuntos administrativos destacou o estado eclesiástico da capitania e criticou duramente o clero mineiro, acusando-o de negociar com ouro e agir com ambição. Na opinião de Teixeira Coelho o quadro de decadência provocado pelo declínio da mineração era agravado pela falta de direção política e administrativa capaz de orientar a resolução dos problemas da capitania.

<sup>5</sup> Entre eles destacam-se Dom Luís Antônio de Sousa, o Morgado de Mateus, para governar a capitania restabelecida de São Paulo (1765); o Marquês de Lavradio, para governar a Bahia (1768) e, em seguida, vice-rei do Brasil no Rio de Janeiro (1769); Conde de Valadares, para governar Minas Gerais (1768).

<sup>6</sup> José João Teixeira Coelho, desembargador das Relações do Porto, esteve por onze anos em Minas Gerais, a serviço de três governadores, a partir do Conde de Valadares.

<sup>7</sup> A maior parte da memória de Teixeira Coelho é dedicada às questões administrativas e tributárias. As questões fazendárias ocupam cerca de 40% da sua obra. Segundo o autor, durante dois anos se dedicou a organizar uma coleção de todos os atos legislativos e governamentais, de 1700 até 1774; e a examinar os livros da Secretaria do Governo, Contadoria da Real Fazenda e Intendência de Vila Rica.

A *Instrução* expõe os motivos da pobreza das Minas e as dificuldades pelas quais passavam os mineiros, com prejuízo para a arrecadação do quinto. Ao tratar da mineração sua atenção se concentra nos aspectos do rendimento, arrecadação e causas do esgotamento. Entre os motivos são apontados os altos preços dos escravos; a falta de técnicas apropriadas; o monopólio sobre as terras e águas para mineração; os privilégios concedidos pelas autoridades; os abusos dos guardas-mores, facilmente subornados; e os impostos cobrados, inclusive sobre produtos necessários a mineração. Na opinião do autor, a superação desses entraves permitiria voltar-se à prosperidade. Ele acusa genericamente os governadores de abandonarem o cargo sem conhecimento do Rei e de cometerem abuso de autoridade. Em sua opinião, os abusos e a falta de zelo dos governadores e do corpo de funcionários reais e eclesiásticos, no cumprimento das funções, era a causa principal dos problemas existentes, inclusive dos extravios do ouro e diamante. Entre os abusos menciona a falta de zelo no cumprimento das leis; a não efetivação dos atos legais; e as irregularidades na concessão de sesmaria. Também critica a conduta dos ouvidores e a falta de policiais e juízes, capazes de garantirem a ordem interna e a segurança da capitania.

A tese de Teixeira Coelho para explicar a decadência da capitania, baseada na composição étnica da população, aparecerá nos textos de memorialistas que nas décadas seguintes escreveram sobre o mesmo assunto. De acordo com sua tese haveria dois graves problemas: a falta de instrução generalizada entre os habitantes e o fato da ociosidade dos brancos se transferir para os negros, pardos e escravos. O crescimento do número de habitantes, o aumento do contingente de escravos e a composição étnica miscigenada eram vistos como fatores de perturbação da ordem, extravio do ouro e decadência econômica. O grande número de “vadios” era considerado um problema grave, porém na capitania de Minas eles poderiam ser úteis se fossem aproveitados na produção de mantimentos; na luta contra índios; no combate aos quilombos e, principalmente, no povoamento dos sertões. Ele defende esse uso dos vadios pelos governadores Luiz Diogo Lobo da Silva (1764-1768), Dom José Luís de Meneses, o Conde de Valadares (1769-73) e D. Antônio de Noronha (1775-1779). Isso estava em conformidade com as palavras do Marquês de Pombal dirigidas ao vice-rei Gomes Freire de Andrade, na carta de 21 de setembro de 1751: todos eram úteis, se bem governados.

## CIÊNCIA PARA MELHOR APROVEITAR AS RIQUEZAS

A dinâmica da economia colonial provocada pela expansão do setor agrícola, mesmo com os sinais de declínio da mineração, favoreceu a estratégia pombalina. O conjunto das reformas fortaleceu o Estado, a realeza e a regulação territorial na metrópole e colônias. Entretanto, o despotismo esclarecido lusitano não produziu reformas suficientes para colocar Portugal no ritmo das mudanças que aconteciam em outras partes da Europa Ocidental. Foi um reformismo que não alterou a aversão lusitana a tudo que não tivesse um “sentido prático” e servisse a uma causa imediata. Como anotou Buarque de Holanda (1994, p. 11): “os olhos que enxergam, as mãos que tateiam, hão de mostrar-lhes constantemente a primeira e a última palavra do saber”.

Com as reformas de Pombal, livros de iluministas europeus e de intelectuais portugueses e luso-brasileiros circularam em Portugal, porém as novas idéias foram incentivadas no limite do que fosse de utilidade para a riqueza do Reino. Para as colônias foram encaminhadas obras “úteis” para a mineração e agricultura, tais como as memórias sobre a quina, canela, cochonilha, salitre, produção de tabaco, reforma de alambiques, entre outros<sup>8</sup>. Se algumas obras foram divulgadas e distribuídas à custa da Fazenda Real, outras não chegaram a ser liberadas para publicação, apesar de serem importadas e circularem clandestinamente. A política de “vista grossa” posta em prática, no entanto, podia se voltar contra os possuidores das obras proibidas, como no caso dos inconfindentes de 1789, nas Minas Gerais.

O pensamento e a ciência lusitana estiveram a serviço da utilidade imediata da economia e do Estado. Esse é o sentido das mudanças reformistas implantadas na segunda metade do século XVIII, especialmente a reforma da Universidade de Coimbra (1772); a fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779) e da tipografia Casa Literária do Arco Cego (1799). As mudanças, todavia, foram muito tímidas e ficaram presas a uma visão aplicada do conhecimento<sup>9</sup>. Os fundadores da Academia Real das Ciências de Lisboa refletiram essa mentalidade ao definir a finalidade da instituição: ajudar a promover a ciência e o ensino para o progresso e prosperidade do país.

O sentido “prático” teceu uma mentalidade reducionista e imediatista, que sujeitou o pensamento e a ciência a uma agenda determinada pela valo-

<sup>8</sup> AHU Códice 573, fl. 266-267 (MUNTEAL FILHO e MELO, 2004, p. 112).

<sup>9</sup> No Rio de Janeiro foi fundada a Sociedade Científica, em 1772, reunindo médicos, cirurgiões, boticários, entre outros curiosos, porém de vida curta, encerrou as atividades em 1779 (MARQUES, 2009).

rização utilitária da natureza. Essa mentalidade distanciava os intelectuais portugueses do movimento geral que ocorria em outros reinos da Europa, nos quais a observação da natureza e o gosto pelo conhecimento se tornaram moda entre nobres e burgueses abastados. Foram os estudos da natureza que deram origem às ciências biológicas, à geologia, à teoria da evolução, entre outras. Os mais ricos reuniram grandes coleções de animais, plantas, pedras, objetos exóticos, das quais se originaram muitos dos museus de história natural. Os palácios e mansões possuíam seus “gabinetes de história natural”; cada rei tinha o seu, além do *jardin du roi* e *musée du roi*. As academias de ciência, a exemplo da *Royal Society of London*, a mais antiga instituição do gênero, difundiram esse gosto pelo conhecimento. Interesses utilitários estavam presentes, porém o que nos interessa é perceber a dimensão tomada pela natureza como objeto da investigação científica e da especulação filosófica. Tal dimensão não existiu em Portugal nem passou a existir após as reformas pombalinas.

A ciência útil deveria aumentar a riqueza do reino e das colônias, isto é, contribuir para ampliar a produção de ouro e açúcar; para descobrir novas riquezas minerais; para aclimatar plantas de valor comercial, entre outros. A ciência foi vista como recurso de poder à serviço da Coroa e do fortalecimento do Império Atlântico de Portugal. As reformas ilustradas “visavam a redenção do reino e do império através da utilidade da Natureza”. Nesse sentido, os sócios da Academia (da Ciência) “deveriam organizar ou dar forma a uma visão de mundo utilitária” (MUNTEAL FILHO; MELO, 2004, p. 24-25). José Bonifácio de Andrada, depois de especializar em mineralogia em diversos países europeus, ocupou durante 30 anos o cargo de mineralogista do Rei. Ele ilustra de modo emblemático a junção entre ciência e política, comandada por uma mentalidade que perguntava: Para que serve? Qual a utilidade? Que benefício pode oferecer? Sua visão de ciência sintetiza o sentido do reformismo lusitano, ou seja, aproveitar o que fosse possível dos conhecimentos e técnicas dos que estavam mais adiantados e utilizar da ciência para melhor aproveitar as riquezas do Reino e das colônias (VARELA; LOPES; FONSECA, 2004.).

Essa mentalidade utilitária predominava amplamente e envolveu os governadores das capitânicas lusitanas na América e África. Eles receberam instruções para entregar a “naturalista hábil” a missão de identificar espécies de suposta utilidade econômica; para remeter a Portugal plantas, animais e minerais devidamente acondicionados e com relatórios circunstanciados; para aclimatar espécies enviadas de outras colônias; para investigar as potenciali-

dades minerais; para distribuírem as coleções de livros enviadas de Portugal; para promoverem a agricultura e o uso do arado e técnicas utilizadas nas colônias prósperas; para construir Jardim Botânico, entre outros<sup>10</sup>. Nessa agenda a agricultura ocupou lugar prioritário, refletindo a visão fisiocrata em voga.

O governador de Minas Gerais Bernardo de Lorena (1797-1803) reflete essa mentalidade em correspondência enviada ao ministro Dom Rodrigo de Souza Coutinho. Ele acusa o povo de não se dedicar à agricultura e ao trabalho das minas. Para ele a manufatura era: “uma indústria que apenas reproduz com o seu valor o trabalho, que se consome em haver os seus produtos, quando a agricultura reproduz novas riquezas muito superiores ao trabalho que se emprega em os haver”<sup>11</sup>. Essa visão corresponde ao período de secular crescimento da economia mundial, na qual os produtos agrícolas desempenharam um papel central.

A recessão provocada pela queda da quantidade de ouro extraído das minas do Brasil criou desafios novos para a Coroa. A reação portuguesa à crise do ouro pode ser constatada não apenas pelas reformas implantadas e pela busca de alternativas agrícolas, mas também pela crescente circulação de memórias produzidas na metrópole e nas colônias. Luso-brasileiros nascidos na Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais etc. estavam presentes nas viagens filosóficas organizadas por Domingos Vandelli; nas diversas expedições promovidas pela Coroa; estavam entre aqueles incumbidos de descrever o clima, relevo, hidrografia, flora e fauna, de coletar e catalogar espécimes, de identificar e recolher amostras de minerais, bem como de opinar sobre economia, população, administração e aproveitamento dos recursos naturais das colônias.

A promoção da circularidade das obras produzidas na tipografia Casa Literária do Arco Cego, por meio de freqüentes remessas para as capitânias no Brasil e África, pode ser comprovada pelas recomendações expressas de distribuí-las entre proprietários, naturalistas e mais gente que pudesse aproveitá-las. Promover o crescimento da economia colonial se converteu em objetivo da política da Coroa, reforçado pelo sucesso da reexportação de algodão para a Inglaterra, fruto principalmente da atuação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão (PRADO JR., 2000; CANABRAVA, 1968).

<sup>10</sup> Diversos códices (MUNTEAL FILHO e MELO, 2004, p. 135, 140, 144, 145, 151, 169, 170, 175, 185).

<sup>11</sup> Correspondência de Bernardo José de Lorena destinada ao ministro Dom Rodrigo de Souza Coutinho, de 1800 (MUNTEAL FILHO e MELO, 2004, p. 187).

A viradeira que se seguiu à morte de D. José I e à queda do Marquês de Pombal, em 1777, não impediu o retorno à direção política por ele iniciada: “os colaboradores de Pombal estavam por demais incrustados na estrutura social e associados à arrecadação de tributos e às repartições públicas para desaparecerem com a simples abolição dos privilégios das companhias brasileiras” (MAXWELL, 1995, p. 95).

## PERCEPÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO ABANDONO E DECADÊNCIA

No século XVIII, com o declínio do rendimento do quinto nas Minas Gerais, a Coroa se voltou ainda com mais força para as questões fiscais e administrativas, associadas a um discurso sobre a decadência da economia e os meios de voltar à prosperidade. Esse é o sentido da *Instrução* de Teixeira Coelho, ao tratar “da extração do ouro da capitania de Minas Gerais e das origens da falta dele”. Para o autor, sem o ouro a economia da capitania entraria em falência, já que não havia investimentos na agricultura. Ele associa declínio da produção de ouro com decadência da capitania. Também pondera que o problema não era somente o contrabando, como comprovava o fato de permanecer baixa a arrecadação, mesmo com fiscalização intensa e a descoberta de vários contrabandistas. São muitas as causas para explicar a decadência da economia mineira em decorrência do declínio da mineração.

As duas primeiras causas apontadas por Teixeira Coelho para a escassez do ouro relacionam-se à economia: falta de recursos para investimentos e compra da mão-de-obra<sup>12</sup>. Além da falta de recursos, os impostos elevados desestimulavam os mineiros, visto que uma maior quantidade de braços significava pagar mais tributo. As duas causas seguintes estão relacionadas às normas que regulavam o acesso aos recursos naturais. A água era necessária ao serviço de lavagem das terras auríferas, porém não existiam critérios isentos na distribuição da autorização de uso. O modo como as águas dos rios e córregos eram concedidas deveria ser revisto pelo governo, uma vez que os guardas-mores cometiam grandes abusos e eram facilmente subornados (COELHO, 1994, p. 502-503). Para o autor faltavam leis para reger as datas minerais e a utilização das águas. Na verdade, o autor deixa transparecer um conflito entre mineração e agricultura de subsistência, ao afirmar que o erro

---

<sup>12</sup> Teixeira Coelho critica duramente o preço elevado dos escravos, provocado pelo monopólio do tráfico exercido pelos comerciantes, a partir do porto do Rio de Janeiro.

dos guardas-mores era conceder “grandes porções” de água, que no lugar de serem utilizadas na mineração, eram usadas na irrigação e para mover os moinhos.

A quinta causa da decadência se relaciona às técnicas de mineração do ouro. Teixeira Coelho denuncia o apego à tradição e a falta de sabedoria acerca das práticas mineralógicas. Apontava o erro de minerar nos sítios altos antes de se extrair o ouro dos sítios baixos, provocando o soterramento de muitas terras que tinham “pinta rica”. O modo pelo qual se distribuíam as datas minerais era a sexta causa do declínio da produção aurífera. Os privilégios concedidos aos grandes mineiros prejudicam os pequenos que eram os que mais faziam crescer o Quinto. Em sua opinião, mais valia um mineiro com pouca quantidade de escravos, que aquele com muita, pois o primeiro somado aos outros de mesma quantidade fazia crescer a arrecadação em proporções maiores que o segundo sozinho. A sétima e última causa era a divisão das “fábricas” por herança. Com a morte do dono as fábricas se aruínam e eram penhoradas. Os herdeiros reduziam-se a simples faiscaidores, por causa das dívidas e por não poderem comprar “negros”. Na opinião do autor, as fábricas pertencentes aos mineiros pobres deveriam ser passadas para mineiros ricos.

A visão de Teixeira Coelho influenciou a historiografia sobre a decadência das Minas Gerais no contexto do declínio da mineração (SIMONSEN, 1978 [1937]; PRADO JR., 2000 [1942]; ZEMELLA, 1990 [1951]; FURTADO, 1991 [1959]). Nas últimas décadas, a nova historiografia mineira reviu o conceito de decadência, demonstrando a existência de um processo de transição e de uma dinâmica econômica diversificada e complexa. Entretanto, pode-se compreender que a percepção generalizada, no último quartel do século XVIII, por parte de uma geração que viveu ou ouviu narrativas sobre a procissão do Triunfo Eucarístico e que podia apreciar o fausto da Matriz de Nossa Senhora do Pilar, fosse da decadência. Como não falar em decadência se o desejo da riqueza fácil governava uma mentalidade de aventureiro, para usar a expressão de Buarque de Holanda (1999)? A diversificação da economia e a passagem da mentalidade do aventureiro a uma suposta ética do trabalho de base agrícola foram processos custosos, lentos e dispersos pelos territórios das muitas Minas, todas muito distantes do fausto permitido pelo auge da mineração aurífera.

Com o declínio da quantidade de ouro extraído, não há como negar o impacto sofrido pela economia mineira. Isso está em Saint-Hilaire (1979, p. 87-139), quando descreve os núcleos urbanos entre Vila Rica e Vila do

Príncipe: os povoados edificadas com muito esmero, mais do que os da França e Alemanha, apresentavam um aspecto de “abandono e decadência”. Depois de afirmar que viu homens brancos executando “trabalhos de escravos”, conclui que somente a pobreza poderia ter feito esses homens abandonarem o ócio. Os homens teimavam em faiscar ouro, mas não retiravam mais que pequenas quantidades suficientes para sobreviverem por alguns dias.

O que a nova historiografia mineira demonstra é que antes, durante e depois da crise da mineração aurífera fatores de diversas ordens operaram a produção da diversidade econômica das Minas Gerais (FURTADO, 2009). Não resta dúvida de que o declínio da mineração acelerou a dispersão econômico-demográfica, a partir das zonas mais antigas, favorecendo e consolidando a diversificação econômica. O movimento dispersivo se processava de modo seletivo, dirigindo-se preferencialmente para as regiões vinculadas ao comércio com o Rio de Janeiro, pertencentes à Comarca do Rio das Mortes. A economia se diversificava com base na pecuária e na agricultura comercial e de subsistência; na produção de laticínios; na fiação e fabricação têxtil; na fundição; e nas manufaturas, tais como aguardente, rapadura e derivados de ferro. A produção mineira movimentava um forte sistema de transporte de tropas, com intercâmbios intra-regionais e exportação para fora da capitania. A faiscação persistiu absorvendo contingentes significativos da população livre mestiça e negra. Entretanto, a dinâmica econômica revelada pela nova historiografia não era visível para os contemporâneos nem era capaz de modificar a realidade percebida como sendo de “abandono e decadência”.

O fato estrutural de que a capitania de Minas passava por uma notável transformação da sua base econômica, sofrendo uma diminuição no ritmo, mas não perdendo a dinâmica do crescimento médio anual, resulta da análise historiográfica. A constatação de que continuou expressivo o número de escravos é o resultado de estudos de demografia histórica (PAIVA, 1996). Todavia, isso não muda o fato de que havia uma percepção dominada pelo sentimento de decadência, cuja representação foi fixada pelos memorialistas e viajantes naturalistas. A dispersão espacial e ruralização são fatos que explicam a constatação dos memorialistas sobre crescente falta de braços, particularmente para o trabalho da mineração. Ao apontar a falta de braços como uma das causas do declínio do ouro, o olhar memorialista inverte o problema, porém isso é o resultado da percepção e representação do que era observado.

## DA RODA DA FORTUNA

No último quartel do século XVIII e no primeiro do XIX, os memoria-listas e autoridades portuguesas e luso-brasileiras estavam centrados no discurso sobre a riqueza e o estado de decadência da capitania de Minas Gerais. As memórias refletem elementos da fisiocracia, principalmente na explicação da causa da decadência a partir do desprezo pela agricultura. José Elói Ottoni (1908), Azeredo Coutinho (1966), Vieira Couto (1994), entre outros, são defensores da agricultura como o verdadeiro meio de enriquecimento do povo, base de uma nação verdadeiramente rica. A crença na fortuna, no entanto, persiste no desejo pelo resultado imediato, pelo ganho fácil, pelo enriquecimento com o menor esforço. É essa mentalidade que contribui para manter vivo o mito dos tesouros escondidos, prontos a se revelarem para aqueles que o buscassem com persistência. Isso aparece, por exemplo, no relato do futuro governador do Espírito Santo (1833-1835), Manoel José Pires da Silva Pontes, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, sobre um roteiro para minas de ouro nas matas do rio Doce. Ele se apega ao que ouviu de um capitão-mor que lhe contou de um índio manso que entrava muitas vezes no rio Muqui e depois de seis dias voltava sempre carregado de peles de animais e folhetas de ouro. O seu relato mistura índios, ouro, pedras preciosas e matas misteriosas<sup>13</sup>.

Diogo Pereira de Vasconcelos, na sua *Memória sobre a Capitania de Minas Gerais* reforça a idéia das riquezas: “Temos já do padre Vasconcellos, fundado nas relações dos naturais do rio Doce, que todo ele se pode chamar uma nova Índia Oriental em pedrarias e metais. Depois deste escritor deram-nos alguns aventureiros portugueses igual notícia.” O autor insiste na crença dos tesouros, atribuindo a Fernandes Tourinho a descoberta de uma pedreira de esmeraldas, e outra de safiras, junto a uma lagoa, e serras que abundavam de pedras verdes e vermelhas e algumas azuis. No leste dessa serra apareciam as esmeraldas. Ao referir-se à entrada de Antônio Dias Adorno, escreve sobre as esmeraldas encontradas a leste e as safiras encontradas a oeste.

São imagens de forte conteúdo simbólico. O leste liga-se à alegria e à juventude, ou seja, às possibilidades abertas e ao futuro promissor; já o oeste é o entardecer e a maturidade. No leste encontravam-se as esmeraldas, isto é, as oportunidades e as portas abertas para um novo tempo de prosperidade,

<sup>13</sup> Extrato de uma viagem feita à Província do Espírito Santo por Manoel José Pires da Silva Pontes, sócio correspondente do Instituto. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 1, número 4, p. 269-271, 1839.

uma nova idade do ouro. Esse é o sentido simbólico da esmeralda: esperança de libertação da pobreza, aumento da coragem, propiciadora da alegria e da vitalidade. Outros elementos simbólicos semelhantes aparecem no texto, isto é, as pedras de cores verde e vermelha próximas a uma lagoa, significando que para se conseguir o crescimento e desenvolvimento é preciso ter força e virilidade para enfrentar o desconhecido<sup>14</sup>. É isso que encontramos em Diogo Vasconcelos: “que os lugares contíguos do rio Doce, se não são um Potosí, escondem decerto grandes riquezas”. Nessa visão o insucesso é atribuído à “voracidade do botocudo”, indígenas que impediriam que o povo se dirigisse para os lugares do rio Doce ricos em metais e pedras preciosas<sup>15</sup>.

Em 1797, a Coroa toma medidas para preservar as florestas da costa e dos vales dos rios navegáveis, inclusive com a proibição de se conceder sesmaria e de extrair madeira no rio Doce, sem a devida autorização<sup>16</sup>. No ano seguinte, D. Fernando José de Portugal e Castro, governador da Bahia, informa a D. Rodrigo de Souza Coutinho, ministro das colônias e da marinha, desde 1796, sobre o potencial para estabelecimentos de cortes de madeiras ao longo do rio Doce. Todavia a madeira de lei era elemento secundário de riqueza frente à crença de que a floresta escondia ouro e pedras preciosas. O governador do Espírito Santo, Antônio Pires da Silva Pontes, como outros memorialistas, culpa os índios de bloqueavam o acesso às riquezas dos sertões do rio Doce. Os pareceres contrários não encontravam eco na sociedade nem no campo oficial.

Antônio Pires da Silva Pontes entra em contradição na sua memória sobre a utilidade pública em se extrair o ouro das minas e os motivos dos poucos interesses que fazem os particulares que mineram igualmente no Brasil. Isso porque condena a idéia de que toda Minas Gerais é rica em ouro, de que em todos os lugares habitados pelos gentios ferozes e não cultivados pelos mineiros deve-se achar o ouro. Em sua opinião esta idéia era “uma alucinação que tem causado a ruína de muitos mineiros” que deixam a serra mestra. Para Silva Pontes, a “experiência sempre tem provado que são

<sup>14</sup> Para os significados simbólicos contidos nas associações, CHEVALIER, Jean. *Dicionário de símbolos*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1988, p. 390-91, 731-32 e 796.

<sup>15</sup> VASCONCELOS, Diogo Pereira de. Memória sobre a capitania de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro - RAPM*, Belo Horizonte, p. 762-853, 1901, p. 840

<sup>16</sup> O mesmo conteúdo da Carta Régia para o Espírito Santo também foi enviado para a Paraíba. Carta Régia de 13 de março de 1797. In: *RIHGB*, Rio de Janeiro; A Carta Régia de 17 de janeiro de 1814 revogou as proibições a que se referem a Carta Régia anterior. Coleção de Leis do Brasil.

infelizes estas expedições”. As comitivas sempre retornam para os lugares da serra, de onde partiram, lamentando-se da fome e marcadas pelas armas do gentio<sup>17</sup>. Essa racionalidade, no entanto, não o impede de acreditar na fortuna, ao reproduzir a idéia de que os sertões do rio Doce eram ricos em metais preciosos, apesar dos indícios contrários.

A memória sobre a utilidade pública em se extrair ouro, de Antônio Pires da Silva Pontes, provavelmente foi escrita no ano de 1789. O tempo era outro, com a fortuna sendo posta de lado, em proveito do trabalho e da circulação da riqueza. Para os defensores das novas idéias econômicas, influenciados por Adam Smith, os metais preciosos eram exatamente iguais às outras mercadorias e não havia razão para receber tratamento diferente. O contexto global era marcado pelo movimento ascendente secular da economia ocidental. A economia luso-brasileira reagia no mesmo sentido, ampliando a diversificação e a importância das exportações agrícolas. Nas Minas Gerais um conjunto de memórias refletiu essa conjuntura, assumindo o novo discurso econômico, porém sem abandonar de vez a crença na fortuna.

Em 1802 Silva Pontes ocupava o governo da capitania do Espírito Santo, quando escreveu sua *Pré-memória sobre a Capitania do Espírito Santo e objetos do rio Doce*, onde expõe sua reflexão sobre os esforços para colonizar as terras do rio Doce, na qual se pergunta: por que ela “continua de presente em langor sobre os efetivos benefícios”? (PONTES, 1999, p. 55). As razões apontadas são o desinteresse dos espírito-santenses, acomodados à abundância da pesca litorânea, e as matas infestadas por “gentio inimigo”. Em sua opinião para colonizar seria preciso utilizar as “famílias descidas das Minas ou vindas das Ilhas dos Açores”. Outro meio de povoar seria dar moratórias aos “homens de fábrica, que se viessem estabelecer”. Pontes (1999, p. 57-58) vai buscar apoio em Adam Smith, para dizer que a insistência em achar ouro era uma “loteria a mais ruinosa na opinião do economista Smith”, constituindo-se a causa do endividamento dos mineiros, porque iam “às cegas avançar as suas despesas ao incógnito da mina, que não acham”.

Não podemos atribuir apenas ao desconhecimento sobre as terras florestais do rio Doce a conservação da crença na fortuna, isto é, a constante repetição de que havia riquezas em metais e pedras preciosas a serem descobertas sob as matas espessas. A partir da “Exposição do Governador D. Rodrigo de Menezes sobre o estado de decadência da capitania de Minas

<sup>17</sup> Memória sobre a utilidade pública em se extrair o ouro das minas e os motivos dos poucos interesses que fazem os particulares, que mineram igualmente no Brasil, por Antônio Pires da Silva Pontes Leme. *RAPM*, Ouro Preto, v. 1, p. 417-26, 1896, p. 422 e 426.

Gerais e meios de remediá-lo” (1897), a crença na fortuna do rio Doce ampliou-se para incluir outros elementos da natureza, tais como as madeiras de lei, flores exóticas, ipecacuanha e outros elementos da flora, além das espécies da fauna e dos couros de animais silvestres. Refletindo a revolução industrial que principiava, entre os elementos de riqueza do rio Doce, D. Rodrigo aponta os metais menos preciosos, tais como o ferro e o cobre. Entretanto, o elemento comum destacado pelos memorialistas é o solo coberto de matas, uma preciosidade de alto valor, propícia ao desenvolvimento da agricultura.

É interessante perceber que também sobressai nos textos a idéia de que a vontade é capaz de pruduSilva Pontes escreve sobre as “incalculáveis riquezas” que só não eram realidade porque faltava vontade política. A floresta esconderia fabulosas riquezas minerais, porém era preciso abrir o rio Doce à navegação e livrar os sertões da presença indígena. Entretanto a realidade era bem diferente, como se vê na representação do almoxarife da Real Fazenda de Vitória dirigida à Coroa, com denúncia de que as “grossas despesas” no rio Doce não resultavam em utilidade para o público e o Estado, mas somente servia ao enriquecimento ilícito dos especuladores que faziam “uma escandalosa negociação de sal”<sup>18</sup>. O almoxarife finalizava, acusando o governador Manoel Vieira de Albuquerque Tovar de aumentar o problema “assaz escandaloso” já nos tempos de Silva Pontes<sup>19</sup>. A Coroa mandou o governador da Bahia, Conde da Ponte, apurar a denúncia, além de determinar que se reduzissem os gastos com o rio Doce.

## DA UTILIDADE PRÁTICA DAS CIÊNCIAS

A visão da natureza como utilidade e fonte de riqueza predomina nos memorialistas, logo o conhecimento teria como função contribuir para tornar isso realidade. Apoiando-se num pragmatismo imediatista, buscou-se conhecer o ambiente colonial, nos seus aspectos naturais e geográficos, com a finalidade de promover sua exploração. O governo enviou seus melhores homens de ciência, portugueses e luso-brasileiros, formados pela Universida-

---

<sup>18</sup> Documentos da secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional (apud OLIVEIRA, José T. *Op. Cit.*, p. 265).

<sup>19</sup> Encontra-se em Saint-Hilaire uma opinião bastante crítica sobre Silva Pontes, colocando-o como “homem instruído, mas extravagante, que abusou de sua autoridade e causou dano à província”. Com relação a Tovar, também não poupa crítica, dizendo que administrara tão mal quanto o outro e que se comprazia, da mesma forma, com o aparato militar. SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, 1979, p. 11.

de de Coimbra e com estudos e experiência em outros países, para observar a natureza e identificar os elementos que pudessem ser aproveitados comercialmente. As autoridades não estavam interessadas na botânica, zoologia, geologia etc., mas no aumento das fontes de rendimento para o Estado e de riqueza para os particulares.

É este o sentido atribuído às ‘memórias’ acadêmicas sobre o Brasil que, a partir de 1789, no âmbito da Academia Real das Ciências, começaram a ser publicadas em nome de uma intenção política que visava tirar o maior rendimento possível das riquezas naturais do Brasil e do saber dos naturalistas, nacionais ou estrangeiros, capaz de conduzir ao progresso da agricultura, das manufaturas e da saúde e ao bem-estar das populações, mediante o conhecimento das propriedades das plantas medicinais e das suas virtudes curativas.<sup>20</sup>

José Vieira Couto, em suas considerações escritas em 1801, sobre as duas classes mais importantes de povoadores da capitania de Minas Gerais e a maneira de animá-los, traçou um quadro dramático da decadência mineira. Para ele, qualquer um que percorresse os arraiais veria apenas ruínas e tudo despovoado, com raras exceções. Mostrando a mesma falta de consideração para com os grupos sociais subalternos, comum desde a *Instrução* de Teixeira Coelho, apresentava a população mestiça como uma das principais causas da decadência, por ser degenerada nos costumes e propensas à sensualidade e ociosidade. A maioria dos habitantes dos arraiais e vilas era composta de negros e pardos que, em sua opinião, não passavam de “peso ao Estado”. Atribuía a esta gente uma vida de furto ou esmola. Os filhos dos ricos mineiros que haviam caído na pobreza, ocultavam-se em suas propriedades rurais, regredindo a um ruralismo atrasado e ocioso, vivendo em licenciosidade com negras e mestiças. Portanto, a culpa da decadência era dos próprios mineiros, que ignoraram e desprezaram a agricultura<sup>21</sup>.

Em sua opinião, a agricultura praticada pelos mineiros somente serviria para sustentar homens grosseiros e escravos. Na verdade, as culturas de subsistência não são incluídas no rol das culturas dignas e enobrecedoras do homem. Ele também condena o método agrícola dos mineiros, baseado na

<sup>20</sup> O teatro da Natureza. A História Natural no Brasil antes das viagens do Príncipe Maximiliano. *Oceanos*, Lisboa, n. 23, out./dez., 1995. Disponível em: <<http://www.cncdp.pt/oceanos/n24/indice.html>>.

<sup>21</sup> José Vieira Couto. Considerações sobre as duas classes mais importantes de povoadores da capitania de Minas Gerais, como são as de mineiro e agricultores, e a maneira de os animar – 1801. *RAPM*, Belo Horizonte, v. 10, p. 60-166, 1904, p. 77.

coivara, acusando-o de ruinoso, por usar como adubo a “cinza de preciosas matas”. As novas técnicas agrícolas racionais, especialmente as praticadas nos Estados Unidos da América, chamavam a atenção<sup>22</sup>. Em 1798, o ministro Dom Rodrigo de Souza Coutinho encaminhou ao governador do Espírito Santo, Silva Pontes, a *Coleção de Instruções* “coligidas do que a experiência tem mostrado ser mais útil e vantajoso entre outras nações, cujas colônias têm chegado a um grau de prosperidade”. Entre as obras, chama particular atenção uma, em 11 volumes, intitulada *O Fazendeiro do Brasil, Cultivador melhorado na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fábricas, que lhe são próprias, segundo o melhor, que se tem escrito a este assumpto*; compilada pelo frei José Mariano da Conceição Veloso<sup>23</sup>. São frequentes as remessas de manuais e memórias sobre as novas técnicas, assuntos de agricultura e outros, “de que se pode tirar muitas utilidades”, às capitânicas no ultramar<sup>24</sup>.

O discurso dos memorialistas chama a atenção para o pequeno proveito que se tirava de uma terra fertilíssima, pela ignorância que havia da cultura de muitos gêneros e das novas técnicas que trariam vantagens ao comércio. Um exemplo citado por Vieira Couto era o café, porém a cultura desse gênero não passava das plantações de poucos curiosos<sup>25</sup>. O memorialista apresenta a agricultura como a mãe de todas as artes, fundamento da subsistência e das riquezas das nações. Vieira Couto recomendava ensinar a agricultura, infundir o gosto pela riqueza agrícola, manter boas estradas, e abrir canais de navegação. No seu programa encontramos o eco do seu tempo, marcado pelo crescimento do mercado mundial e pelas transformações que se operavam na Europa e EUA, incluindo a abertura dos canais, antecessores das estradas de ferro. Nas suas considerações sobre as Minas Gerais, como os outros memorialistas, enxerga no rio Doce uma saída para a decadência: “suponho hoje já o povo instruído pelos belos tratados, que desta matéria correm em suas mãos, suponho já certo o consumo dos seus gêneros pela estrada e canal do rio Doce”. Para infundir o gosto pelas novas culturas, caberia ao governo dar incentivos, tais como prêmios e isenções de impostos<sup>26</sup>.

<sup>22</sup> Em 1798 a Coroa enviou para os EUA o luso-brasileiro Hipólito José da Costa Pereira, recém formado pela Universidade de Coimbra, com a missão de conhecer a economia e as novas técnicas agrícolas e industriais.

<sup>23</sup> AHU Códice 606 (MUNTEAL FILHO e MELO, 2004, p. 113).

<sup>24</sup> AHU – Códice 607 (MUNTEAL FILHO e MELO, 2004, p. 114).

<sup>25</sup> José Vieira Couto. Op. Cit., p. 83.

<sup>26</sup> Idem., p. 85.

Não é diferente a opinião do ouvidor Basílio Teixeira Cardoso de Sá Vedra Freire, numa carta de março de 1805<sup>27</sup>. O ponto de partida é o mesmo dos outros memorialistas: a constatação da decadência das Minas Gerais, que se encontrava num “estado de pobreza e de miséria”, ou nas palavras do francês Saint-Hilaire: estado de abandono e decadência. A razão apontada por Sá Vedra era o esgotamento do ouro, que os mineiros haviam julgado que não acabaria. Entre as causas primeiras da decadência, também aponta a miscigenação generalizada e a licenciosidade na qual os brancos viviam com os negros e mulatos. Em sua opinião os habitantes ou eram negociantes, mineiros e fazendeiros falidos, “ou quase a falir”, que se conservam nas mesmas atividades por “indústria ou manha”; ou “uma multidão de povo de mulatos, e pretos, forros sem ofício, e sem aplicação, vadios, e com os mais vícios, que a este andam unidos”. O ouro achado de repente, sem indústria e com facilidade era um dos motivos da decadência. Como Vieira Couto, considerava como verdadeira riqueza a agricultura. Nos sertões do rio Doce a extração da madeira seria uma fonte de riqueza, os solos desflorestados proporcionariam uma produção agrícola de grande valor comercial e a pecuária poderia resultar a produção de laticínios e de couros para exportação.

Para incentivar os empreendimentos Sá Vedra propõe medidas semelhantes às indicadas por Vieira Couto: “proteção, privilégios e isenção temporária de tributos”<sup>28</sup>. Entretanto, como os outros memorialistas, ele não abandona a crença na fortuna: acreditava que os sertões *intermédios* entre as Minas e o litoral, por baixo de suas florestas, esconderiam riquezas “inextinguíveis”, com suas “ricas minas de ouro e pedras preciosas”<sup>29</sup>. Em sua opinião se “*expulsado o gentio, descortinado o rio, e feitas povoações capazes de resistir ao mesmo gentio*”, as riquezas de revelariam O clichê “obstáculo botocudo” se tornou comum às diversas memórias do período, considerado a principal causa que impedia o aproveitamento das riquezas que poderiam tirar Minas do estado de abandono e decadência ou de pobreza e de miséria.

<sup>27</sup> O autor foi desembargador e ouvidor da comarca de Sabará. O nome “Sá Vedra” foi utilizado conforme se encontra no Arquivo Público Mineiro, para o documento de 1805, aqui utilizado, porém encontramos para uma carta de 1804, dirigida ao governador Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo, a grafia “Savedra”. Na genealogia das famílias portuguesas, o sobrenome é “Saavedra”, da mesma forma que se encontra no resumo da memória do segundo vereador da Câmara de Sabará, oferecida no ano de 1810 e publicada na *RIHGB*, em 1865.

<sup>28</sup> Basílio de Sá Vedra. Informações da Capitania de Minas Gerais. *RAPM*, Ouro Preto, v. 2, p. 673-83, 1897, p. 676.

<sup>29</sup> Idem, p. 677.

## A ARMADILHA DA FORTUNA

Manoel Viera de Albuquerque Tovar, que governou o Espírito Santo, entre 1804-1808, partilhava de idéia semelhante às encontradas nos memorialistas, indicando a grande circularidade que essas apresentavam, constituindo-se parte de uma cultura política e intelectual partilhada. Era preciso tornar úteis as “imensas terras habitadas de feras, sem prestar utilidade alguma”<sup>30</sup>. Seguindo orientações superiores, era preciso adquirir o domínio sobre a natureza e os sertões ainda “incultos”.

Não hesitou Tovar em cumprir esta árdua missão, que bem sabia agradar ao ministro, e menos refletiu nos perigos a que se expunha nesta viagem incômoda, passando por margens em sertões habitados por selvagens, e sujeitas a moléstias endêmicas, que de ordinário sacrificam os que não estão habituados aos rigores do tempo.<sup>31</sup>

Escrevendo ao conde de Linhares, Francisco Manuel da Cunha, numa memória versando sobre a navegação do baixo rio Doce, explica que “as margens do rio Doce prometem as maiores vantagens, mas faltam-lhe braços”<sup>32</sup>. O corte e exportação da madeira que principiara a ter alguma importância perdera o impulso inicial e se reduzira a atividade de um pequeno engenho de serrar. A agricultura era diversificada, porém, “tudo em pequena quantidade e de pouca consideração”. Resumiu a situação da região do rio Doce da seguinte forma: “vivia como esquecido e sepultado no meio de tribos botocuda e manaxó”, por descaso do governo despótico de Manoel Tovar. O governador deu a Saint-Hilaire um salvo-conduto e designou-lhe um soldado pedestre para servir-lhe de guia, porém quis convencê-lo de desistir da viagem, apresentando “sob as cores mais sombrias a região deserta” que ele iria percorrer, sobretudo, a “insalubridade das margens do rio Doce”. São palavras do governador: “*O rio Doce é um inferno*”. Saint-Hilaire (1974, p. 41 e 78), apesar da vontade de conhecer o rio Doce, disse: “não posso pensar nessa viagem sem estremecer”.

Entretanto, na *Informação de Manoel Vieira de Albuquerque Tovar sobre a navegação do rio Doce* o discurso é otimista, as cachoeiras que impediam a na-

<sup>30</sup> RUBIM, Braz da Costa. Memória histórica e documentada da província do Espírito Santo. *RIHGB*, tomo 24, p. 171-332, 1961, p. 303.

<sup>31</sup> Idem, p. 269.

<sup>32</sup> Francisco Manuel da Cunha. Memória sobre a navegação do rio Doce, apresentada por... ao conde de Linhares. In. *Publicações do Arquivo Público Nacional*, IV, Rio de Janeiro, 1903.

vegação do rio Doce não eram obstáculos, mas antes uma vantagem, pois os estabelecimentos para baldeação das embarcações atrairiam comerciantes e fazendeiros às férteis terras do sertão, promoveriam o aumento da população e originariam as vilas. O governador Tovar, como os outros memorialistas, considerava a agricultura a verdadeira fonte da riqueza, porém não abandona o clichê das riquezas minerais escondidas pelas florestas do rio Doce. O discurso produzia uma inversão realmente interessante, à medida que colocava que a exploração extrativista da floresta, a abertura de caminhos pelo governo, a substituição da floresta pela agricultura e o aumento da população, facilitariam a descoberta das riquezas minerais escondidas. Dessa forma se construiu um discurso contra os sertões, ou seja, pela eliminação das nações indígenas e da floresta, pois somente desta forma seriam reveladas as riquezas escondidas. Como os outros memorialistas, escrevia sobre o que ouviu falar, como ele mesmo observou, ao tratar dos rios com muito ouro: como é constante, ou seja, como todo mundo sabe<sup>33</sup>.

O pensamento presente nos memorialistas responde a uma visão constante entre portugueses e luso-brasileiros, que pode ser sintetizada naquilo que Buarque de Holanda caracterizou como um desejo de “feitorizar uma riqueza fácil e quase ao alcance da mão”. Mesmo no contexto no qual se repete que a agricultura é a fonte da verdadeira riqueza, se conserva o desejo pela riqueza dada pela fortuna, numa indicação da resistência aos benefícios advindos do esforço produtivo, modesto e monótono, como se de fato só confiassem “verdadeiramente no acaso e na boa fortuna” (HOLANDA, 1995: 111). Em toda a escrita dos memorialistas se conserva presente a esperança de que algum novo *descoberto* poderia ocorrer e, dessa forma, devolver a Minas as riquezas que lhe pertenciam. Um Aviso, de 10 de abril de 1815, mandando abrir estrada pelos sertões intermédios, ligando Vitória a Vila Rica, ao colocar os objetivos confirma essa mentalidade: “povoarem-se os terrenos incultos, aumentar-se a agricultura e o comércio, aproveitando-se ao mesmo tempo as riquezas que nele consta haverem de ouro e pedras preciosas”<sup>34</sup>. A esperança “no acaso e na boa fortuna” vai além do período colonial, como pode ser encontrada na Portaria de 21 de agosto de 1823, do Governo Imperial, que manda os governos das províncias de Minas Gerais

<sup>33</sup> Informação de Manoel Vieira de Albuquerque Tovar sobre a navegação do rio Doce. Rio de Janeiro: *RIHGB*, v. I, 1839, p. 173-178; p. 175

<sup>34</sup> Aviso de 10 de abril de 1815, mandando abrir uma nova estrada da primeira cachoeira do Rio Santa Maria, termo desta cidade, à Vila Rica, pelos sertões intermédios. *RIHGB*, Rio de Janeiro, 244-6, p.246

e Goiás estimularem novos *descobertos* nos sertões<sup>35</sup>. O mesmo pode ser visto num ofício da Câmara de Minas Novas, de 1820:

[...] tanto pela agricultura em descoberta de novas terras, como pela mineração ainda ao todo não patente respeito a ouro, e preciosas pedras cujo trabalho, e sua assiduidade não permitem as ocultas nações de antropófagos que semeiam seus passos pelas matas incultas, e ribeirões que se nutrem de tantas preciosidades no vasto de imensas léguas, e terreno suficiente a todo gênero de agricultura.<sup>36</sup>

Aventureiros continuavam a vasculhar as florestas dos vales do Jequitinhonha, Mucuri e Doce na busca das riquezas em ouro e pedras preciosas<sup>37</sup>. Nas solicitações de apoio às autoridades, sempre o mesmo clichê: índios botocudos impedem o aproveitamento para a agricultura e a descoberta do ouro e pedras preciosas. Estes elementos aparecem no relato de Francisco Teixeira Guedes, cuja comitiva foi apoiada pelo governo, em 1829<sup>38</sup>. Dirigindo-se à câmara da vila de Minas Novas, informava o objetivo da expedição: encontrar o lugar onde havia uma fabulosa riqueza escondida, denominado de “Serra das Ametistas”. Esse relato reflete a permanência do mito da fortuna, como na busca pela Serra das Esmeraldas, nos séculos XVI e XVII. Teixeira Guedes busca impressionar a Câmara de Minas Novas: “[...] os produtos que o solo brasileiro apresenta, os cabedais que em seu terreno guarda, e não gozam os humanos por falta de conhecimento, forças e coadjuvações [...] entram em mata fértil por tradições, e que em mapas ou roteiros antigos pude encarar”. O caçador de tesouros não encontrou muito entusiasmo por parte do povo de Minas Novas, apesar das promessas de terras férteis e pedras preciosas. A cobertura de todas as despesas e o fornecimento de armas e munição não serviu para atrair mais gente. A comitiva saiu com 18 escravos e 50 animais de propriedade de Teixeira, 29 pessoas que aderiram ao projeto, um guia índio maxacali e alguns soldados fornecidos pela Câmara de Minas Novas.

O delírio da riqueza fácil toma conta da narrativa, com descrição de caldeirões de areias, que se formam nos leitos de pedra dos rios, nos quais

<sup>35</sup> Portaria de 21/08/1823 – Sobre empreendimentos nos sertões de Minas Gerais e Goiás. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *Legislação indigenista no Século XIX*. São Paulo: Edusp/ Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992.

<sup>36</sup> Ofício da Câmara de R<sup>A</sup>PM, Belo Horizonte, v. 3, p. 278-81, 1898.

<sup>37</sup> Diversos ofícios. R<sup>A</sup>PM, Belo Horizonte, v. 12, p. 416; 472; 474 e 522-4, 1907.

<sup>38</sup> Requerimento dirigido à Câmara de por Francisco Teixeira Guedes. R<sup>A</sup>PM, Belo Horizonte, v. 3, p. 281-8, 1898.

ao enfiar as mãos se achava “esmeralda de clara e verde cor.” O rio Todos os Santos, afluente do Mucuri, é apresentado como sendo “riquíssimo, e que apresenta todos os indícios, e sinais de quanto em si encerra tanto a respeito de esmeraldas, pingos azuis, como ainda de outras pedras”. Os córregos e ribeirões possuíam todo tipo de riquezas, “porque uns dão preciosas pedras, outros ouro, e há além disto em toda a mata muita poaia, sassafrás, quina, bicuíba”. Como nas narrativas seiscentistas, a fortuna está próxima, porém no último instante um entrave impede alcançá-la. No caso foram os índios botocudos, que ao matarem o intérprete “deu causa a que desamparássemos o tesouro que procurávamos e achamos”.

São muitos e repetidos os testemunhos da existência de ouro e pedras preciosas, porém, desde o começo do século XIX, aparecem sempre associados à idéia das terras férteis. Alguns relatos são nitidamente fantasiosos, como o do Coronel Ignácio Pereira Duarte Carneiro, fazendeiro em Viana (ES) e sertanista: “terreno é fertilíssimo, é rico em mineração [...] da parte do norte sai um ribeirão tão rico que o ouro sai em granitos em qualquer parte, que se prova”<sup>39</sup>. Na luta movida pelo cônego Francisco Pereira de Santa Apolônia, em 1825, contra o privilégio de navegação e concessões de terras do rio Doce dados a uma companhia anglo-brasileira, estava a crença de que os estrangeiros iriam se assenhorear do ouro e lavras de diamantes que ali existiam: “quem ousará negar, que no espaço de 20 ou 30 anos possam os ingleses extrair todos os nossos tesouros encerrados naquele abençoado terreno?”<sup>40</sup>.

Encontramos as origens desse mito de riqueza do rio Doce nas “*Notícias antecedentes, curiosas e necessárias das cousas do Brasil*”, de autoria do padre Simão de Vasconcelos, publicadas como introdução à *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*, em 1663<sup>41</sup>.

Contavam seus naturais aos nossos, que por ele arriba se descobriam grandes riquezas: e davam a entender por seus modos, que todo aquele trato de terra de seus

<sup>39</sup> Quando capitão, Ignácio Pereira foi encarregado de abrir a picada que deu origem à estrada de Vitória para Vila Rica. Cópia do Ofício do Cel. Ignácio Pereira Duarte Carneiro, de 7 de janeiro de 1831, com um parecer sobre proposta de Antônio Guimarães, de reforma da estrada de Ouro Preto para Vitória. *RIHGB*, Rio de Janeiro, 466-8; p. 467.

<sup>40</sup> Sobre o Padre Francisco Pereira de Santa Apolônia. Artigo do Jornal “Universal” de Ouro Preto, de 21 de julho de 1831. Arquivo Nacional, AP-5, Cx. 1, Pacote 2; Parecer do Conselho de Governo da Província de Minas Gerais. *RAPM*, Belo Horizonte, v. 9, p. 660-5, 1904.

<sup>41</sup> VASCONCELOS, Simão de. *Notícias antecedentes, curiosas e necessárias das cousas do Brasil*. Disponível em: <<http://www.jaaa.pro.br/noticias/livro1.html>>. Acesso em: 9 dez. 2009.

sertões era uma Índia Oriental em pedraria. E porque vejamos o quão bem concordou o dito destes índios com a experiência, tresladarei aqui um Roteiro do que por tempos foram descobrindo os portugueses.<sup>42</sup>

Simão de Vasconcelos segue narrando a entrada de Sebastião Fernandes Tourinho, a partir de Porto Seguro, que depois de alcançar o rio Doce e penetrar pelo sertão, descobriu “vários minerais de pedras verdoengas, que tomavam de azul, e parecem turquesas: e lhes afirmou o gentio circunvizinho, que no alto do monte se descobriam pedras de mais fino azul; e que outro havia que tinha em si cópia de metal amarelo (assim chamam o ouro)”. Ele narra a descida de Tourinho pelo rio Aceci, rumo norte, até chegar “junto a uma lagoa: e 60 ou 70 léguas da barra do Rio Doce para o sertão ao redor do mesmo rio, vieram a dar com umas serras cheias de arvoredos, onde também acharam pedras verdes”. Tourinho teria continuado por mais quatro ou cinco léguas no rumo Sul, atingiu um serra, “onde lhes afirmou o gentio, havia pedras verdes, e vermelhas de comprimento de um dedo, e outras azuis, todas resplandecentes<sup>43</sup>. A narrativa continua, apresentando os sertões visitados por Tourinho como ricos de pedras de “peso desusado”, além de ouro e prata. Também haveria a riqueza das matas, “preciosas de pau Brasil, jacarandá, copaibas, pau rei, bálsamos finos, cheirosíssimos, medicinais, e tudo em tanta quantidade, que puderam carregar-se as naus de Europa toda”<sup>44</sup>.

Se nos deslocarmos para o início do século XX, também se terá a mesma narrativa sobre as riquezas do rio Doce, mas agora incluindo o reconhecimento da presença de “febres terríveis”, refletindo o novo contexto marcado pelas reformas sanitárias e pela discussão sobre o saneamento dos sertões. Assim ela se encontra na *História Antiga das Minas Gerais*, com certa carga de decepção diante da fortuna, que negou aos mineiros as riquezas do rio Doce.

O rio Doce era em verdade magnífico e populoso, mas intratável, assim por efeito das febres terríveis, que assaltavam a todo e qualquer advena; como dos canibais, acaso mais intolerantes, botocudos ferocíssimos, última expressão dos aimorés decadentes. Ainda hoje, ao passo que a civilização amplia o seu arrebol sobre as mais remotas plagas de Minas, o rio Doce persevera nos limbos de sua natureza prepotente e

<sup>42</sup> Idem., parágrafo 51.

<sup>43</sup> Ibidem., parágrafo 53.

<sup>44</sup> Ibidem., parágrafo 54.

insidiosa. [...]. A luz do seu sol e como a ironia do anjo rebelde, fascina para cegar, sorri para imolar os que lá andam atrás de fortuna. (VASCONCELOS, 1974, p. 308)

A crença na fortuna estava viva, como se vê no relatório de Nélson de Senna (1906, p. 24): “Sem temor de passarmos por exagerados, podemos afirmar que no vale do rio Doce dormem extraordinárias riquezas, só esperando a energia e os capitais da indústria extrativa, para que apareçam ...”. A narrativa tem a mesma retórica dos memorialistas: “a organização de uma grande empresa ou sindicato para explorar as grandes riquezas naturais do rio Doce dará lucros imediatos, porque o solo e o subsolo ali podem, no lendário rio, oferecer ao homem as maiores opulências e tesouros” (SENNA, 1906, p. 25).

Nas memórias sobre Minas Gerais, entre o último quartel do século XVIII e o XIX, além dos conteúdos relativos ao declínio do ouro e aos meios de reanimar a economia mineira, aos problemas político-administrativos, aos dados sócio-econômicos, às opiniões sobre a sociedade e ao exame dos recursos naturais, encontra-se uma tópica privilegiada para se discutir a mentalidade estreitamente pragmática, cujo propósito se resumia em aproveitar os recursos naturais, numa feitorização da riqueza fácil. Nesse sentido, podemos afirmar com alguma segurança que a mentalidade observada nas memórias responde a uma circularidade de idéias e atitudes que extravasam as conjunturas e se coloca num tempo de longa duração. No objeto específico da investigação, relacionado ao período entre a chegada do governador Luiz Diogo da Silva (1763) e a Independência (1822), os memorialistas além de responderem a conjuntura também partilharam o conjunto de idéias que circulavam no Império Atlântico Português.

*Artigo recebido em 7 de agosto de 2010.*

*Aprovado em 24 de outubro de 2010.*

## REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberali. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo. (1765-1775)*. São Paulo: Conselho Estadual de Arte e Ciências Humanas, 1979.

CANABRAVA, Alice. A grande propriedade rural. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *A época colonial*. 2 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias (1794). In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Obras econômicas de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho*: (1794-1804). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

CUNHA, Francisco Manoel da. Informação que ... deu sobre a província, então capitania do Espírito Santo, ao ministro de Estado Antônio de Araújo e Azevedo. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 4, 1842.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Bauru: EDUSC, 2005.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790 - 1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 24. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991.

FURTADO, Junia F. Novas tendências da historiografia sobre Minas Gerais no período colonial. *História da historiografia*, n. 2, 2009. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/article/viewFile/11/11>>. Acesso em: 4 dez. 2009.

\_\_\_\_\_. Um cartógrafo rebelde? José Joaquim da Rocha e a cartografia de Minas Gerais. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 155-187, dez. 2009.

GUEDES, Maria Estela; ARRUDA, Luís. João da Silva Feijó, naturalista brasileiro em Cabo Verde. In: *As ilhas e o Brasil*. Região autônoma da Madeira, 2000, p. 509-524. Disponível em: <[http://www.triplov.com/hist\\_fil\\_ciencia/feijo/feijo1.html](http://www.triplov.com/hist_fil_ciencia/feijo/feijo1.html)>. Acesso em: 15 out. 2009.

GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700/1750). In: *Revista do Departamento de História*, UFMG, Belo Horizonte, (2): 7-35, p. 30, jun. 1986.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *Visão do paraíso*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

INFORMAÇÃO de Manoel Vieira de Albuquerque Tovar sobre a navegação do rio Doce. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. I, p. 173-178, 1839.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LISBOA, Joaquim José. *Descrição curiosa das principais produções, rios, animais do Brasil, principalmente da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: FJP, 2002.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. Escola de homens de ciências: a Academia Científica do Rio de Janeiro, 1772-1779. *Educar*, Curitiba, n. 25, p. 39-57, 2005. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/viewFile/2237/1869>>. Acesso em: 18 nov. 2009.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1981. 2 v.

- MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal. 1750-1808. 3.ed.*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Marquês de Pombal. Paradoxo do Iluminismo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MENEZES, D. Rodrigo José de. Exposição sobre o estado de decadência da Capitania de Minas Gerais e meios de remedia-lo. *RAPM*, Ouro Preto, (2): 311-327, 1897
- MUNTEAL FILHO, Oswaldo; MELO, Marina Ferreira. *Minas Gerais e a história natural das colônias: política colonial e cultura científica no século XVIII.* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004.
- OTTONI, José Eloi. Memórias sobre o estado atual da capitania de Minas Gerais. **ABN**, Rio de Janeiro, v. 25, p. 307-13, 1908.
- PAIVA, Clotilde Andrade de. *Populações e economia nas Minas Gerais do século XIX.* 1996. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- PIMENTA, Demerval J. *Caminhos de Minas Gerais.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971.
- PINTO, Bernardo Xavier. Memória histórica da Província de Minas Gerais. *RAPM*, Belo Horizonte, (13): 523-639, 1908.
- PONTES, Antônio Pires da Silva. *Pré-memória sobre a Capítania do Espírito Santo e objetos do rio Doce.* Vitória: IHGES, 1999.
- \_\_\_\_\_. Memória sobre a utilidade publica em se extrair o ouro das minas e os motivos dos poucos interesses que fazem os particulares, que mineram igualmente no Brasil. *RAPM*, Ouro Preto, (1): 417-426, 1896.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo.* São Paulo: Brasiliense, 2000.
- ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais.* Belo Horizonte: FJP, 1995.
- SÁ VEDRA, Basílio Teixeira de. Informação da Capitania de Minas Gerais. de ouro de Minas Gerais. *RAPM*, Ouro Preto, (2): 673-683, 1897.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1979.
- SENA, Nelson de. *Bacia do Rio Doce.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1906.
- SILVA, Ana Rosa Clochet da. Minas no contexto da ‘acomodação’: as relações de poder, as práticas políticas e a tessitura das identidades. *Revista Aula - Dossiê Identidades Nacionais*, n. 2, out./nov. 2006. Disponível em: <[http://www.unicamp.br/~aulas/volume02/pdfs/minas\\_2.pdf](http://www.unicamp.br/~aulas/volume02/pdfs/minas_2.pdf)>.
- SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil (1500-1820).* São Paulo: Nacional, 1978.
- VARELA, Alex Gonçalves; LOPES, Maria Margaret; FONSECA, Maria Rachel Fróes da. As atividades do naturalista José Bonifácio de Andrada e Silva em sua ‘fase portuguesa’ (1780-1819). *Hist., Ciên., Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, dez. 2004.

VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974

\_\_\_\_\_. *Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: FJP, 1994.

ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.